

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 20 a 22/02

No Plenário do Senado desta semana consta o PL 2253/2022, que restringe o benefício da saída temporária para presos condenados. Os senadores podem votar o PL 1.219/2023, que trata da estrutura do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que tem como atribuições a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Consta ainda na pauta do Senado o PL 3.453/2021, que altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

Também volta à pauta do Plenário a PEC 42/2023 que aumenta 25 anos no tempo de serviço exigido para que militares federais possam concorrer em eleições sem perder a remuneração.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

**Resultado:** Habeas Corpus - Os senadores aprovaram nesta terça-feira (21) o PL 3.453/2021, que favorece o réu quando houver empate em julgamentos em tribunais superiores e altera regras para expedição de habeas corpus de ofício. O projeto irá retornar para a Câmara dos Deputados.

Além disso, o projeto estabelece que qualquer autoridade judicial, no exercício da sua competência jurisdicional, poderá conceder, de ofício, ordem de habeas corpus individual ou coletivo caso verifique, durante um processo judicial, que alguém está sofrendo ou ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, em decorrência de violação ao ordenamento jurídico.

O relatório destaca que foram apresentadas nove emendas ao projeto, algumas delas propondo ajustes e esclarecimentos em relação aos pontos abordados. A única emenda acolhida pelo relator simplifica o procedimento proposto para o habeas corpus incidental, respeitando o princípio do juiz natural.

O Senado aprovou o PL 2.253/2022 que restringe o benefício da saída temporária para presos condenados. O projeto previa a revogação total do benefício, mas foi alterado para permitir as saídas de presos que estudam. Na prática, o texto extingue a liberação temporária de presos em datas comemorativas e feriados, que tem sido chamada popularmente de “saidão”. O texto, aprovado com 62 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção, voltará para a análise dos deputados.

Também foi aprovado projeto que aumenta de 11 para 12 o número de integrantes do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O PL 1.219/2023 vai para sanção presidencial.

<b>Comissão de Assunto Sociais (CAS) - 20/02 - 10h - Plenário 03</b>
--

Audiência pública sobre o andamento da apuração das denúncias encaminhadas pela CPI da Pandemia contra Prevent Senior. Foram convidados, entre outros:

- Lorena Porto, Procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Murillo César Muniz, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- **Kleber Marcel Uemura, Procurador do Ministério Público Federal – MPF;**
- Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;
- Maria Fernanda de Castro Maia, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;
- Everton Luiz Zanella, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP;
- Nelson dos Santos Pereira Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP.

**Resultado:** Realizada. Para assistir ao debate, [clique aqui](#).

**Comissão de Educação (CE) - 20/02 - 10h - Plenário 15**

**ITEM 1 - [PL 2796/2021](#)**, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

A relatora, Senadora Leila Barros, apresentou [parecer](#) pela aprovação do projeto, com o acolhimento das Emendas nº 2 – CAE, nº 7 - CE e nº 8 - CE, e pela rejeição das demais emendas apresentadas, nos termos do substitutivo que apresenta.

**Resultado:** Não deliberado.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Plenário - 20 a 22/02**

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 1188/2023, que concede crédito extraordinário de R\$ 360,9 milhões para ações de defesa civil em três ministérios: da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A matéria será enviada ao Senado.

Também foi aprovado o PL 10106/2018, que determina aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) publicarem, na internet, listas dos pacientes a serem submetidos a cirurgias e outros procedimentos, mesmo se for em hospitais conveniados. A matéria retorna ao Senado devido às mudanças aprovadas.